

## **Mapa populacional de freguesias rurais do Rio de Janeiro. O distrito de Guaratiba em 1797.**

### **Population map of rural parishes of Rio de Janeiro. The Guaratiba district in 1797.**

Ana Paula Souza Rodrigues Machado\*

**Resumo:** O objetivo deste artigo é analisar os dados demográficos de um mapa populacional, realizado em 1797, no distrito de Guaratiba, Rio de Janeiro. Buscamos apreender as características dos chefes de domicílio, tais como: gênero, cor, suas residências, posse de escravos e número de dependentes. Procuramos também analisar a estrutura da posse de cativos de forma geral e a utilização da mão de obra escrava nas diversas residências e atividades produtivas da região. Deste modo, demonstramos que o uso da demografia, enquanto ferramenta metodológica para o historiador, torna-se fundamental para o melhor conhecimento do seu objeto de pesquisa.

**Palavras-chave:** Distrito de Guaratiba; Mapa populacional; Dados demográficos.

**Abstract:** The objective of this paper is to analyze the demographics of a population map, held in 1797, in Guaratiba District, Rio de Janeiro. We seek to grasp the characteristics of the heads of households, such as gender, color, their homes, ownership of slaves and number of dependents. We also seek to analyze the structure of captives in general possession and use of slave labor in the various homes and productive activities in the region. Thus, we demonstrate that the use of demographics, as a methodological tool for the historian, it is essential for a better understanding of their research object.

**Keywords:** Guaratiba District; Population map; Demographic data.

### **O distrito de Guaratiba**

Vários autores já demonstraram a importância do uso da demografia enquanto método, o qual aliado aos interesses da disciplina de História contribuiu para a

---

\* Doutoranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

riqueza e diversidade das análises historiográficas<sup>1</sup>. Para o Rio de Janeiro, muitos pesquisadores têm utilizado registros paroquiais e inventários em análises demográficas, na tentativa de suprir a falta de censos ou listas nominativas para o século XVIII.<sup>2</sup> No intuito de contribuir com o conhecimento destes aspectos para o Rio de Janeiro setecentista, realizei este trabalho, baseada em uma recente descoberta: a do mapa populacional, do ano de 1797, para o distrito de Guaratiba.

Desde 1779, ano do relatório do Marquês do Lavradio, temos notícias sobre o distrito de Guaratiba, o qual pertencia à cidade do Rio de Janeiro. Ele era composto por sete freguesias e uma aldeia: São Salvador do Mundo de Guaratiba, São Francisco Xavier de Itaguaí, Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, Nossa Senhora do Loreto de Jacarepaguá, Santo Antônio de Jacutinga, Nossa Senhora da Piedade de Iguazu, Nossa Senhora da Conceição de Marapicú e a aldeia dos índios de Itaguaí.<sup>3</sup> Em uma sociedade católica, era a partir do espaço eclesiástico que os indivíduos referenciavam os diferentes territórios do Rio de Janeiro, sobretudo por meio do estabelecimento de freguesias. Freguesia era a unidade espacial mínima do domínio da Igreja; o pároco, ou cura das almas, exerciam a função religiosa interferindo na vida individual e coletiva<sup>4</sup>.

Em sociedades com traços de Antigo Regime, hierarquizadas, como era o distrito de Guaratiba em 1797, o espaço era visto de forma diferente por cada indivíduo ou grupo, de acordo com o papel social que figurava. Desta maneira, a análise sobre o

---

<sup>1</sup> Sobre análises populacionais, por exemplo, ver: MARCÍLIO, Maria Luiza. A população do Brasil Colonial. In: BETHELL, Leslie (org). **História da América Latina, vol. II - América Latina Colonial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836**. São Paulo: Editora Hucitec, 2000. BALHANA, Altiva Pillati. A população. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza. **O Império Luso-Brasileiro 1750-1822**. Lisboa: Estampa, 1992. v. VIII, p. 323-328.

<sup>2</sup> Para alguns exemplos, ver: FLORENTINO, Manolo & GÓES, José R. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro: 1790-1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997; FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. FRAGOSO, João Luís Ribeiro. “Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600- 1750)”. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (org.). **Conquistadores e negociantes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

<sup>3</sup> Estatísticas realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. RIHGB. Tomo LXXVI, 1ª Parte, 1913, p. 323-329.

<sup>4</sup> De acordo com Cristina Nogueira e Hespanha “a freguesia foi, durante o Antigo Regime, uma circunscrição territorial decisiva no enquadramento político do espaço (...) é, também, um fator de dispersão política do espaço.” Ibidem, p. 38. De acordo com Bluteau freguesia é a igreja paroquial, o lugar da cidade ou do campo em que vivem os fregueses. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 4 v, p. 206.

*espaço* deve ultrapassar o simples exame de demarcações e limites geográficos, e levar em conta como os indivíduos o criavam, concebiam e transformavam. (NOGUEIRA; HESPANHA, 1993, p. 35).

Obviamente o fator religioso interfere diretamente no surgimento destes espaços, já que as pessoas tinham a preocupação de participar de todos os rituais católicos. Contudo, outros elementos permeavam o estabelecimento de uma freguesia, para além do âmbito religioso de fé e devoção. Antes de tudo é preciso lembrar que a iniciativa particular foi imprescindível para o projeto colonial. De acordo com Freyre “foi a iniciativa particular que, concorrendo às sesmarias, dispôs-se a vir povoar e defender militarmente, como era exigência real, as muitas léguas de terra em bruto que o trabalho negro fecundaria” (FREYRE, 1980, p. 18-19). Assim, primeiro, capelas, depois freguesias, esses espaços não somente corporificaram a presença da Igreja, como a do próprio Estado, por meio do sistema do padroado régio. Assim, mesmo em lugares recuados dos principais portos, em grotões do Império português, a monarquia lusa se fez presente através dos poderes locais.

Em fins do século XVII e início do XVIII, diversas freguesias foram surgindo na região, que posteriormente seria o distrito de Guaratiba. Estas localidades foram influenciadas pelas mudanças ocorridas em 1730, quando a descobertas auríferas em Minas Gerais fez com que o Rio de Janeiro se transformasse no centro comercial da América portuguesa, beneficiando-se da venda de escravos e alimentos para Minas Gerais (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001, p.74-76). Destarte, a produção de alimentos em terras fluminenses se dinamizou e adquiriu igual importância na economia local. Produtos como a farinha de mandioca foram também acrescentados aos artigos mais cultivados.

Já nos finais do século XVIII, mais do que açúcar o distrito de Guaratiba produziu gêneros alimentícios como farinha, arroz, feijão e milho. Chefes de família, agregados e escravos estavam inseridos dentro dessa dinâmica econômica, contribuindo, cada um à sua maneira, para o desenvolvimento comercial não só da capitania do Rio de Janeiro, como do próprio império português.

### **População do Distrito de Guaratiba**

Basicamente, no período colonial, fazia-se levantamentos demográficos com duas finalidades: ou religiosa ou militar (PRADO JR, 2011, p. 33). Contudo,

principalmente a partir do período pombalino, durante a segunda metade do século XVIII, uma série de mudanças ocorreram para o fortalecimento do poder da Coroa, centralização e burocracia do Estado. Reformulações em diversas áreas como educação, economia, política, dentre outras, se intensificaram neste período.<sup>5</sup> Dentro desse quadro, houve uma preocupação por parte da Coroa em melhorar e expandir as informações referentes à população do seu vasto Império, o que influenciaria na eficiência de sua política, burocracia e sistema tributário (MATOS; SOUSA, 2015, p.75-99). Como continuidade desta política, foram realizados diversos censos na América Portuguesa, dentre eles o relatório ao Marquês do Lavradio, assim como o mapa da população do distrito de Guaratiba, em 1797.

O objetivo do mapa populacional de Guaratiba não era o de somente recensear a população, mas também o de realizar um levantamento sobre a posse de bens móveis e imóveis e sobre a produção das lavouras alimentícias e de exportação.<sup>6</sup> Assim, encontramos diversas informações neste mapa: nome do chefe do domicílio, sua idade e estado civil, número de escravos divididos por sexo de grupos de maior e menoridade, agregados divididos pelo estado civil, escravos dos agregados também divididos pelo sexo e grupos de maior e menoridade, extensão das terras dos chefes de domicílio e se suas terras são litigiosas ou aforadas, gêneros de cultivo, informações sobre colheita e exportação destes produtos, porto pelo qual se escoam estes gêneros, a quantidade de animais e, por fim, o lucro anual. Podemos observar a diversidade das informações contidas nesta fonte, porém, devido as delimitações do trabalho, vamos nos ater apenas ao aspecto demográfico do mapa, ou seja, seus dados populacionais.

Coletamos os dados demográficos do mapa populacional de 1797 e elaboramos a tabela a seguir:

---

<sup>5</sup> Para mais detalhes ver: FALCON, Francisco José Calazans. **A época pombalina**: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Ática, 1982.

<sup>6</sup> Descrição do distrito de Guaratiba da capitania do Rio de Janeiro (...). AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 163, Doc. 12203 [sem numeração].

**Tabela 1 – População do distrito de Guaratiba em 1797**

Categorias Classificatórias	Chefes de domicílios		Cônjuge dos Chefes		Filhos dos chefes		Escravos dos Chefes		Agregados		Cônjuge dos Agregados		Filhos dos Agregados		Escravos dos Agregados		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Homens	1435	81,12	5	0,46	1547	46,00	5754	56,37	358	55,33	0	0	109	47,81	81	53,64	9289	52,76
Mulheres	318	17,98	1083	99,08	1816	54,00	4453	43,63	289	44,67	150	100	119	52,19	70	46,36	8298	47,13
Ordens Religiosas	6	0,34	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0,03
Não identificado	10	0,56	5	0,46	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15	0,08
Total	1769	100	1093	100	3363	100	10207	100	647	100	150	100	228	100	151	100	17608	100

Fonte: Descrição do distrito de Guaratiba da capitania do Rio de Janeiro (...). AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 163, Doc. 12203 [sem numeração].

Em todo o distrito de Guaratiba, no final do século XVIII, havia 1769 chefes de domicílio, sendo que 1435 (81,12%) foram administrados por homens e 319 (17,98%) por mulheres, tal como demonstrado na tabela 1. De acordo com Antonio de Moraes e Silva, ser chefe era ser “o cabeça, pessoa principal, pessoa em que começou a família” portanto, administrar bens e cuidar dos filhos, agregados e escravos<sup>7</sup>.

Todavia, se na categoria chefes de domicílio, a maior parte foi composta por homes, ao examinarmos a população de um modo geral, incluindo os cônjuges, os filhos e principalmente os escravos, observamos que houve um certo equilíbrio entre a população masculina e feminina (52,76% e 47,13% respectivamente). Isso porque se o tráfico de cativos introduziu mais homens do que mulheres, a dinâmica demográfica interna contrabalançou em números para o gênero feminino, para tanto basta observarmos que os chefes e agregados têm mais filhas do que filhos, em 1797.

<sup>7</sup> SILVA, Antonio Moraes. *Dicionário da língua portuguesa - recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, p. 264.

Não podemos negligenciar neste estudo, os 17,98% chefes de domicílio que foram mulheres.<sup>8</sup> Das 318 que administram os fogos, 238 foram viúvas (74,9%), 73 solteiras (23%), 5 casadas (1,6%) e para 2 não há informações (0,5%)<sup>9</sup>. No distrito de Cabo Frio, também em 1797, 323 mulheres chefiaram domicílios (17,2% do total), onde, assim como em Guaratiba, as viúvas eram maioria (84,5%)<sup>10</sup>. Ao contrário, nas freguesias urbanas, o percentual de mulheres que chefiavam domicílios era um pouco maior, pelo menos na cidade de São Paulo em inícios do XIX, 40% dos lares eram chefiados por mulheres, no que diz respeito ao seu estado civil, metade (50%) eram solteiras, enquanto as viúvas somavam apenas 38% (DIAS, 1995, p. 32;63). Mesma excepcionalidade ocorreu nas Minas Gerais, no Tejuco, onde cerca de 44% dos domicílios foram chefiados por mulheres, em 1774 (FURTADO, 2003, p. 43).

Em Guaratiba, apesar de ser um distrito formado por freguesias rurais, a média de filhos entre os chefes de domicílios não era tão alta assim, resultando, de maneira geral, 3 filhos por residência. Quando separamos por estado civil, somente entre as mulheres, as viúvas tinham mais de meio percentual de filhos do que as solteiras (3 filhos por viúva e 2,34 filhos por solteiras). Os chefes de domicílio que declararam ser solteiros, mas que possuíam filhos, somavam 33, o que não chega a 2% do total da lista. Eles, juntamente com as solteiras formaram famílias a margem do que ditava a Santa fé católica, vivendo em concubinato ou com filhos naturais, por isso, obviamente o número de filhos de chefes solteiros pode ser maior, devido às omissões, por tratar de um registro oficial.<sup>11</sup>

---

<sup>8</sup> Vários estudos, sobretudo a partir de 1970, têm focado o papel das mulheres da gestão de seus próprios bens no período do Brasil colonial. Mulheres que administram engenhos, escravos, agregados, etc. Para mais detalhes sobre o assunto ver: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. "Mulheres e patrimônio familiar no Brasil no fim do período colonial". In: Revista do arquivo nacional- v. 9, n 1-2. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997; DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995; LIMA, Igor Renato Machado de. "Mulheres paulistas: patrimônio e posição social." In: MOUA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de e AMARAL, Vera Lúcia (Orgs). *História econômica e construção do conhecimento*. São Paulo: Alameda, 2006; ALMEIDA, Joseph Cesar Ferreira de. *Entre engenhos e canaviais: senhoras do açúcar em Itu (1780-1830)*. 2008. 120 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008; FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

<sup>9</sup> Para duas mulheres (0,8%) não há informações da sua condição matrimonial.

<sup>10</sup> Mapa geral dos fogos, população, engenhos, fábricas, gados e rendimento anual pertencente ao distrito de Cabo Frio. AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 161, Doc. 12100 [sem numeração].

<sup>11</sup> Para mais análises sobre filhos naturais, nascidos fora do casamento, ver: BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas patriarcal. Família e Sociedade (São João Del Rei- Séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Annablume, 2007; FURTADO, Júnia Ferreira. **Chica da Silva e o contratador dos diamantes. O outro lado do mito**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Entre as viúvas a maioria (83,6%) tinha acima de 40 anos, como foi o caso de Dona Luísa Ana de Oliveira, que fora casada com Domingos Jacinto Rosa, falecido em 1795. Foi ela quem assumiu a administração dos bens da família, neste caso, temos uma senhora de engenho. Em 1796 ela solicitou provisão à rainha Dona Maria I para ser a tutora dos seus filhos Domingos, de 9 anos, e Manoel, de 4 anos. Contudo, para ter a sua solicitação atendida era preciso arrolar testemunhas para provar sua honestidade e capacidade de gestão. Assim, Francisco Antonio de Oliveira afirmou: *“que sabe pelo ver que a dita justificante [Dona Luisa Ana de Oliveira] vive no estado de viúva com muita honestidade pela ausência de seu falecido marido Domingos Jacinto Rosa que também sabe pela amizade que na casa da mesma que auto lhe ficaram dois filhos menores Domingos, e Manoel aos quais trata com toda a decência e melhor educação pois tem toda a boa capacidade para governar e reger todos os bens do seu casal e aqueles pertencentes aos ditos menores (...)”*<sup>12</sup> [grifos meus]. Assim, a partir da morte de seu marido, Dona Luísa Ana se fez reconhecida socialmente como gestora do patrimônio. Para isso, teve que governar seu engenho e estabelecer relações sociais sólidas. Em sua administração o engenho se manteve entre os três estabelecimentos mais abastados da freguesia de Jacutinga, em 1779 era o segundo maior engenho produtor de açúcar e em escravos, assim como em 1797, com 63 escravos.<sup>13</sup> O exemplo de Dona Luísa corrobora com a tese da autora Silvia Brügger, que consiste na afirmativa de que o comando de algumas família pelo sexo feminino não inviabiliza a sociedade patriarcal, o que estava em questão era a representação do poder familiar pelo “patriarca”, o qual possuía a responsabilidade de manter, expandir e perpetuar sua casa (BRÜGGER, 2007, p. 49). O próprio autor Gilberto Freyre assinala que em algumas famílias foram as mulheres que assumiram o comando familiar (FREYRE, 1980).

Dos 1769 chefes de domicílio, 36 tiveram sua cor identificada, 35 pretos e 1 pardo, ou seja apenas 2% do total. Ao contrário de Minas Gerais, onde 56% dos chefes tiveram sua cor registrada em um censo de 1774 (FURTADO, 2003, p. 43- 45). Devemos ressaltar que as referências à cor envolvem mais complexidade do que a

---

<sup>12</sup> AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 158, Doc. 11923. [sem numeração]

<sup>13</sup> Estatísticas realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. RIHGB. Tomo LXXVI, 1ª Parte, 1913, p. 327-328; Descrição do distrito de Guaratiba da capitania do Rio de Janeiro (...). AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 163, Doc. 12203 [sem numeração].

simples referência à cor da tez<sup>14</sup>. As relações sociais e a ascensão social contribuíram para a mudança ou para o silêncio da cor (MATTOS, 1995). Para lançarmos luz no motivo que levou o recenseador a nomear tão poucas pessoas juntamente com sua cor, nos propomos a acompanhar a trajetória de um desses chefes de família, para tanto utilizaremos os dados fornecidos pelo mapa, juntamente com os registros paroquiais de óbitos, matrimônios e batismos. Domingas Pereira era casada com Jose Pereira, os dois foram identificados como pretos forros no registro de batismo dos seus filhos Antonio e Maria<sup>15</sup>. Seu cônjuge, Jose Pereira, faleceu em 1792<sup>16</sup>, assim em 1797 Domingas foi descrita no mapa como viúva, de 30 anos, com um filho menor e uma filha de maior idade, mas sem sobrenome, apenas como Domingas preta. Sua filha Maria se casou com Jose de Brito da Trindade, nos registros de batismos identificamos que tiveram pelo menos 5 filhos, Manoel, Policarpo, Jose, Posiderio e Matias.<sup>17</sup> Em alguns registros, Maria e Jose foram classificados como crioulos forros; já nos batismos de seus filhos, Posiderio e Matias, não houve menção a sua condição jurídica, procedência ou cor, seguindo a tendência dos demais registros, o que pode ser explicado pela mudança de párocos na produção dos assentos. No documento de batismo de Matias foram identificados os avôs maternos e paternos, respectivamente Jose Pereira e Domingas Pereira, ambos naturais da costa da África, e Manoel de Brito Matos e Agostinha de Castro, ele natural do Rio de Janeiro e ela de Iguaçu. Por meio destes registros podemos aferir que Jose e Domingas procederam como cativos de algum lugar da costa da África, atravessaram o atlântico e foram vendidos como escravos para senhores da freguesia de Piedade do Iguaçu. Nesta freguesia, em algum momento da segunda metade do século XVIII, conquistaram sua alforria, constituíram família e laços de parentescos com outras famílias de forros da freguesia (ver diagrama 1).

---

<sup>14</sup> A cor de um indivíduo está muito mais ligado à sua condição social. Para mais detalhes, ver: PRADO JR, Caio Prado. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 1ª edição. São Paulo, Companhia das Letras, 2011; GUEDES, Roberto. **Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social**: (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850). Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2008;

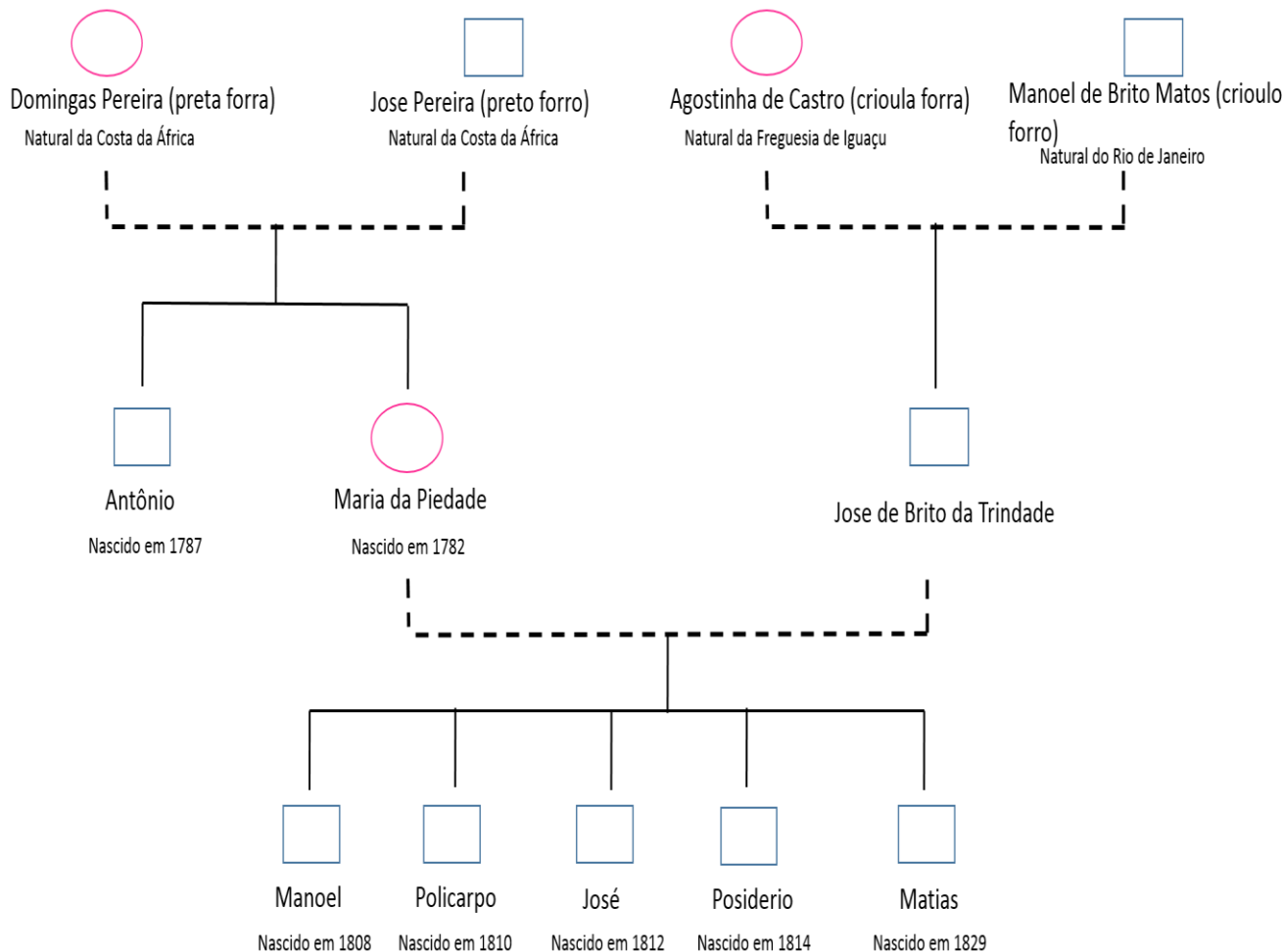
<sup>15</sup> Antônio foi batizado em 06/08/1787 e Maria em 28/08/1792. ACNI. Livro de batismos de livres da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu (1773-1797), páginas 80 e 128.

<sup>16</sup> ACNI. Livro de óbitos de livres e forros da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu (1777-1798), página 92.

<sup>17</sup> Manoel foi batizado em 16/01/1808, Policarpo em 28/02/1810, Jose em 01/04/1812, Posiderio em 07/06/1814 e Mathias em 15/11/1829. ACNI. Livro de batismos de livres da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu (1812-1826), páginas 15v e 84; Livro de batismos de livres da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu (1797-1812), páginas 143v e 190v.



Diagrama 1 – Família de Domingas Preta



Se nos registros paroquiais, em 1797, um recenseador *outsider*<sup>18</sup> (ELIAS; SCOTSON, 2000) além de não registrar seu sobrenome, o substitui por sua cor, Domingas Preta, na primeira década do século XIX, Domingas Pereira é identificada com nome e sobrenome, sem referência à sua cor. Sua trajetória de alianças e conquistas permitiram-lhe certa ascensão social.<sup>19</sup>

<sup>18</sup> Termo que se refere a pessoa que vem de fora, que advém de outra localidade e não faz parte de um grupo social já estabelecido. Neste caso o *outsider* é Sebastiao José guerreiro da França, o qual exerceu o cargo de Capitão de Dragões da Guarda do Vice- Rei até o ano de 1797.

<sup>19</sup> Para mais trajetórias de forros do distrito de Guaratiba, sobretudo, de mulheres, ver: PEIXOTO, Moisés. **Mulheres escravas: alforria, trabalho e mobilidade social, (Piedade do Iguaçú e Santo Antônio de Jacutinga Rio de Janeiro, 1780-1870)**. 2015. 182 p. Dissertação (Mestrado em História, Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2015.

Dentre estes 36 chefes de domicílio de cor, apenas três foram senhores de escravos e onze deles possuíam agregados.<sup>20</sup> Apesar disso, esses fatores não interferiram na produção e conseqüentemente no lucro anual destes lavradores, pois, os quatro maiores lucros dos chefes de cor, advieram daqueles que não possuíam nem mão de obra escrava, nem agregados. Todavia, a maior parte morava em terra aforada, pagando uma determinada quantia em dinheiro ou em gêneros para ter o direito de usufruir da terra do senhorio<sup>21</sup>; dentre estes, mais da metade declarou ser partidista, fornecendo cana aos senhores de engenho, donos da terra. Deste modo, percebemos que no distrito de Guaratiba, em finais do século XVIII, havia uma elite socialmente branca que concentrava em suas mãos tanto a posse de escravos quanto a posse da terra, porém isto não impediu que homens livres de cor constituíssem famílias e produzissem, gêneros alimentícios e de exportação.<sup>22</sup>

Ao examinarmos o número de escravos dos chefes e dos agregados, notamos que a população escrava perfazia 58,8% do total, assim, havia mais cativos do que pessoas livres no distrito de Guaratiba. Ao observamos especificamente o número de escravos em cada freguesia, como pode ser demonstrado na tabela 2, verificamos que em nenhuma dessas localidades a população cativa era menor a 54% do total, com exceção de Itaguaí, em 1779, e da Aldeia de índios, e 1797, onde havia apenas 3 escravos (1,3% do total). Curioso é perceber que não há nenhum indicativo de produção de gêneros ou lucro dos aldeados. Assim, será que os índios praticaram uma economia de subsistência? Ou havia algum interesse por parte do recenseador em ocultar a produção dos aldeados de Itaguaí? Fato é que pouquíssimos índios aldeados foram senhor de escravos. Ao contrário do que ocorreu na freguesia de Itaguaí, onde em 1797, a proporção de escravos chegou a 84,3%. Importante ressaltarmos que nesta localidade houve uma intensa concentração de escravos nas mãos de uma elite senhorial, apenas 4 estabelecimentos possuíam mais de 10

---

<sup>20</sup> Dependentes que residiam no fogo (casa) do chefe de família. Havia uma certa “autonomia” desses agregados, os quais poderiam, inclusive, possuir escravos, discriminados no mapa de forma separada da escravatura do chefe.

<sup>21</sup> 29 dos 36 chefes de cor fizeram menção de residir em terras aforadas, alguns, inclusive, mencionaram o valor do foro, 2 declararam não precisar pagar pelo aforamento.

<sup>22</sup> Para mais detalhes sobre trajetórias de famílias de forros e constituição de laços de compadrio e parentesco entre elas, ver: GUEDES, Roberto. **Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social**: (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850). Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2008; SOARES, Moisés Peixoto. **Mulheres escravas**: alforria, trabalho e mobilidade social (Piedade do Iguaçu e Santo Antônio de Jacutinga, Rio de Janeiro, 1780-1870). 2015. 182 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015; FARIA, Sheila de Castro Fronteira, 1998, op., cit.;

cativos. A monarquia portuguesa possuiu estabelecimentos manufatureiros em Itaguaí, “Sua Majestade”, como Dona Maria I foi denominada no mapa, concentrou mais 80% dos escravos da freguesia em suas propriedades. Provavelmente este foi o fator da discrepância dos números da população livre e escrava de Itaguaí, entre 1779 e 1797.

**Tabela 2 – População livre e escrava das freguesias do distrito de Guaratiba (1779 e 1797)**

Freguesias	1779 <sup>a</sup>				1797 <sup>b</sup>			
	População Livre		População Escrava		População Livre		População Escrava	
	#	%	#	%	#	%	#	%
Santo Antônio de Jacutinga	1402	40	2138	60	1215	40	1797	60
N. S. <sup>a</sup> da Piedade de Iguaçu	963	44	1219	56	893	44	1129	56
N. S. <sup>a</sup> da Conceição de Marapicú	902	49,5	919	50,5	577	45	708	55
N. S. <sup>a</sup> do Desterro de Campo Grande	1444	40	2165	60	1607	44,5	2004	55,5
N. S. <sup>a</sup> do Loreto de Jacarepaguá	1430	44	1839	56	1007	45	1235	55
São Salvador do Mundo de Guaratiba	1204	41	1727	59	1381	45	1671	55
São Francisco Xavier de Itaguaí	303	82	67	18	338	16	1815	84
Aldeia dos índios de Itaguaí	S/I	S/I	S/I	S/I	231	98,7	3	1,3
Total em relação ao Distrito	7648	43,1	10074	56,9	7249	41,1	10362	58,9

Fontes: <sup>a</sup> Memórias públicas e econômicas da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, para uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos. Por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. **RIHGB**. Tomo XLVII, 1<sup>a</sup> Parte, 1884, p. 27; <sup>b</sup> Descrição do distrito de Guaratiba da capitania do Rio de Janeiro (...). AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 163, Doc. 12203 [sem numeração].

Afirmamos alhures que havia uma elite socialmente branca que concentrava em suas mãos terras e escravos. Um elemento diferenciador desta elite era a posse de engenhos de açúcar.<sup>23</sup> Estabelecimentos manufatureiros que interferiram na dinâmica populacional escrava. A freguesia de Campo Grande foi a que mais possuiu escravos (tabela 2), assim como número de engenhos, 14 estabelecimentos.<sup>24</sup> Não desmerecemos a importância dos homens livres que residiram fora das terras dos

<sup>23</sup> Em 1711, não sem razão, Antonil escreveu a célebre frase: “O senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos”. ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007, p. 79.

<sup>24</sup> Ressaltamos ainda a exceção da freguesia de Itaguaí, pois, possuiu apenas um engenho, mas foi a segunda freguesia a ter mais cativos. Lembramos aqui que não era qualquer estabelecimento, mas a Fazenda de Santa Cruz, pertencente a Coroa portuguesa, a qual em 1797 reuniu 1452 cativos.

engenhos, assim como a importância da produção de gêneros alimentícios. Afinal de contas, a produção de açúcar do distrito de Guaratiba, assim como o número de engenhos nem se compara, por exemplo, a do distrito de Campos de Goitacazes, enquanto em Guaratiba havia 43 engenhos, em Campos totalizaram 104 engenhos e engenhocas, entre 1779-89<sup>25</sup>. Contudo, os estabelecimentos manufatureiros tiveram seu peso e importância, sobretudo como símbolo econômico e social na hierarquia daquela sociedade. O mapa populacional de 1797 revela outro elemento que corrobora com esta afirmativa. Sebastiao Jose Guerreiro França, quem assina o mapa, identificou as residências dos chefes de domicílio, do total dos 1769 chefes, 201 residiram em engenhos (11%). Se poucos eram os chefes de domicílio que residiam em engenhos, foram eles que dominaram grande parte do número de escravos. Apenas 11% dos chefes possuíam 42% de toda a mão de obra escrava do distrito de Guaratiba.

A posse de escravos no conjunto da população, também expressa a concentração de grandes escravarias nas mãos de poucos homens. Somente os 4 estabelecimentos da coroa portuguesa, em Itaguaí, concentraram em suas mãos 1451 escravos, ou seja, cerca de 80% dos cativos de Itaguaí eram das 4 fazendas reais, além de representar 14,2% da escravaria de todo o distrito. Os senhores que possuíam entre 40 e 121 escravos eram servidos por 25,6% de toda população cativa, contudo representavam apenas 2,2% do total de chefes de domicílio, se fizéssemos uma média com esses números daria em torno de 65 escravos por senhor desta categoria. Ao contrário da maior parte dos chefes de domicílio (52,7%) que detiveram até 10 cativos, estes se apoderaram de 33% da população cativa, que daria uma média de 3,6 escravos por chefe.

Esta concentração de escravos se deu, sobretudo, por causa da produção de açúcar no distrito de Guaratiba. Os engenhos necessitaram de mão de obra para sua produção. Para corroborar com esta afirmativa observamos que apenas 29,2% dos domicílios produziram açúcar, mas ao observarmos a quantidade de escravos que possuíam (6675 cativos), detiveram 65,4% da escravaria total. Obviamente que estes

---

<sup>25</sup> Memórias públicas e econômicas da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, para uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos. Por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. **RIHGB**. Tomo XLVII, 1ª Parte, 1884, p. 27.

estabelecimentos também produziram gêneros alimentícios, 90% deles, por exemplo, fabricaram a farinha de mandioca.

Todavia, se poucos homens dominaram grandes faixas de escravos, vemos que a escravidão estava disseminada nas freguesias rurais do Rio de Janeiro, na segunda metade do XVIII, pois 64,6% dos chefes de domicílio eram senhores de escravos, mesmo que de poucos. O que corrobora com as análises de Manolo Florentino, ao afirmar que nos inventários do Rio de Janeiro, entre 1790-1835, pelo menos 85% dos indivíduos eram senhores de escravos (FLORENTINO, 1997, p. 28). Em São Paulo, por exemplo, nos finais do século XVIII e início do XIX, a porcentagem de domicílios escravistas era menor do que Guaratiba, apenas cerca de 30% dos domicílios possuíam escravos, além disso, também era diminuto o número de senhores que detinham grandes escravarias, 6% de proprietários detiveram mais de 20 escravos cada, o que representava mais de 39% de todos os escravos da região (KLEIN; LUNA, 2005, p. 137- 165). Em Guaratiba houve o mesmo tipo de estratificação, pois apenas 4,6% dos chefes que detiveram mais de 20 escravos cada, concentraram quase metade (49,5%) de todos os cativos do distrito.

Faixas de Propriedade de escravos	Quantidade de Chefes de domicílio		Quantidade de escravos	
	#	%	#	%
Não possuem escravos	626	35,4%	0	0
1 – 10	933	52,7%	3372	33,0%
11 – 20	130	7,3%	1790	17,5%
21 – 40	36	2,2%	991	9,7%
41 – 70	23	1,3%	1183	11,6%
71 – 100	13	0,7%	962	9,4%
101 – 121	4	0,2%	458	4,6%
122-1451	4	0,2%	1451	14,2%
Total	1769	100	10207	100

**Tabela 3 – Faixa de propriedade de escravos no distrito de Guaratiba (1797)**

Fonte: Descrição do distrito de Guaratiba da capitania do Rio de Janeiro (...). AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 163, Doc. 12203 [sem numeração].

Dentre os 2,2% de chefes de domicílios que assenhorearam mais de 25% da população escrava, mais de 80% tinham as suas residências nos engenhos. Bento Luiz de Oliveira Braga, por exemplo, fazia parte deste grupo. Homem de negócio de grosso trato, se aliou a nobreza da terra via matrimônio, para conquistar cargos de ordenanças e adquirir mais engenhos (SAMPAIO, 2010, 471-472). Bento de Oliveira

casou com a filha do seu padraсто, Dona Francisca Casemira Xavier de Veras, o que permitiu a expansão de seu patrimônio por herdar o engenho da Posse em Jacutinga, contribuindo para seu considerável patrimônio. Na freguesia de Jacutinga, seu engenho, em 1797, ocupou era o que produziu mais açúcar e deteve o maior número de cativos (108 escravos).<sup>26</sup> Outro fator que denotou a distinção desta família foi o número de agregados e partidistas residentes no engenho. De acordo com a lista nominativa de 1797, o engenho da posse foi o estabelecimento que mais possuiu lavradores partidistas, 27 chefes de famílias, alguns senhores de escravos que plantavam cana, farinha, arroz, feijão, milho, anil, café.<sup>27</sup> Além do estabelecimento da Posse, era senhor do engenho de Nazareth, por herança paterna, na freguesia de Irajá e construiu uma engenhoca chamada Caioaba (nas mesmas terras de sesmaria de seu sogro); também possuía três sítios em Jacutinga (incluindo o da Posse), uma olaria em Iguaçú e duas fazendas produtoras: “Das Palmas” na freguesia de Sacra Família e “Da Cruz” às margens do rio Paraíba do Sul.<sup>28</sup>

Além do poder econômico, Bento Luiz de Oliveira Braga possuiu um significativo poder político. Serviu duas vezes como vereador na Câmara do Rio de Janeiro. Em 1770, foi alçado a alferes; em 1777, a capitão; em 1799, foi reformado como tenente-coronel.<sup>29</sup> O juiz presidente e vereadores do senado da Câmara do Rio de Janeiro descreveu Bento Luiz de Oliveira Braga como *um dos vassallos mais úteis do Estado nesta capitania em razão de ser senhor de dois engenhos correntes, e estar fazendo construir outro, dos quais resultam direitos consideráveis para Sua Majestade, fabricando avultíssimas safras de açúcar e aguardentes, que se transportam para a Europa, sendo este ramo do comércio o mais vantajoso e que me grande parte enriquece o Estado nos Portos das suas Américas, esperando-se dele, que cada vez mais interesse o público pelos trabalhos da agricultura (...)*.<sup>30</sup> Bento Luiz de O. Braga administrou o engenho até a data de sua morte, em 1814.

---

<sup>26</sup> ANRJ – Inventários. Fundo: Juízo de Órfãos e Ausentes - Inventariado Bento Luiz de Oliveira Braga; nº 102; caixa 3873; gal. A; ano inicial 1814/ seção de guarda: codes.

<sup>27</sup> AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 163, Doc. 12203. [sem numeração].

<sup>28</sup> ANRJ – Inventários. Fundo: Juízo de Órfãos e Ausentes - Inventariado Bento Luiz de Oliveira Braga; nº 102; caixa 3873; gal. A; ano inicial 1814/ seção de guarda: codes.

<sup>29</sup> AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 169, Doc. 12574. Fl. 1 e 1v.

<sup>30</sup> Apesar de possíveis exageros, não descartamos que Bento Luiz de O. Braga possuía realmente toda essa distinção, que inclusive o faz adquirir este parecer da Câmara do Rio de Janeiro. AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 169, Doc. 12574. Fl. 31 e 32.

Sobre que tipos de gêneros estes chefes de domicílio estão produzindo, afirmamos anteriormente que além do açúcar e aguardente, cultivaram gêneros alimentícios (feijão, milho, arroz e farinha), além de anil e café. Ainda participaram da criação de animais para venda, consumo e utilização no transporte e engenho. O escoamento desta produção era realizada, em sua maior parte, por meio de barcos e canoas, que navegavam pela rede hidrográfica existente no distrito, a qual desembocava na baía de Guanabara.

## **Considerações Finais**

Mesmo como uma proposta ensaística, analisamos as características demográficas do distrito de Guaratiba, em 1797. Assim, verificamos que no conjunto da população houve um certo equilíbrio entre homens e mulheres, mas na categoria chefes de domicílio, identificamos mais homens do que mulheres, o que não inviabiliza a administração direta dos domicílios por elas, dentro de uma sociedade de valores patriarcais. Observamos que poucos chefes tiveram cor registradas pelo recenseador, o que nos faz pensar sobre a importância da referência à cor social, para estes casos específicos, o que pode ser aferido por meio do acompanhamento das suas trajetórias. As grandes escravarias estavam nas mãos de poucos chefes de domicílios, o que não inviabilizou a disseminação da escravidão em muitos outros fogos.

Essas e outras questões nos fazem pensar sobre a importância da análise demográfica para o historiador. Tomando Guaratiba como exemplo, estudar temáticas como: grupos sociais (senhores de engenho, homens livres e pobres, forros, escravos), gênero (homem, mulher), relações sociais (alforria, parentesco, compadrio), produção (açúcar, gêneros alimentícios), conflitos (terras, quilombos) dentre outros tantos assuntos que poderiam ser abordados, a demografia muito tem a contribuir para melhor entendimento destes objetos de estudo.

## **Fontes**

### *Arquivo Nacional*

ANRJ – Inventários. Fundo: Juízo de Órfãos e Ausentes - Inventariado Bento Luiz de Oliveira Braga; nº 102; caixa 3873; gal. A; ano inicial 1814/ seção de guarda: codes.

### *Arquivo da Cúria de Nova Iguaçu*

Livro de batismos de livres da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu (1773-1797).

Livro de óbitos de livres e forros da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu (1777-1798).

Livro de batismos de livres da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguazu (1812-1826).

Livro de batismos de livres da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguazu (1797-1812).

### *Arquivo Histórico Ultramarino*

Descrição do distrito de Guaratiba da capitania do Rio de Janeiro (...).

AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 163, Doc. 12203 [sem numeração].

AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 158, Doc. 11923. [sem numeração]

AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 169, Doc. 12574. Fl. 1 e 1v.

AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 169, Doc. 12574. Fl. 31 e 32.

### *Impressas*

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007, p. 79.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 4 v, p. 206.

Estatísticas realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. **RIHGB**. Tomo LXXVI, 1ª Parte, 1913.

Memórias públicas e econômicas da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, para uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos. Por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. **RIHGB**. Tomo XLVII, 1ª Parte, 1884.

### **Bibliografia**

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas patriarcal. Família e Sociedade (São João Del Rei- Séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Annablume, 2007.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia**, Rio de Janeiro, c.1790-c. 1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 20ª. ed. Rio de Janeiro/ Brasília: Livraria José Olympio Editora/ INL-MEC, 1980.



FURTADO, Júnia Ferreira. **Chica da Silva e o contratador dos diamantes. O outro lado do mito.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

MATOS, Paulo Teodoro de; SOUSA, Paulo Silveira e. A estatística da população na América Portuguesa, 1750-1820. **Revista de Historia y arqueología desde el Caribe colombiano**, Barranquilla, ano 11, n. 25, jan/abr. 2015. Disponível em: <http://rcientificas.uninorte.edu.co/index.php/memorias/article/view/6915/6715>. Acesso em: 28/09/2015.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil século XIX.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

NOGUEIRA, Ana Cristina; HESPANHA, Antonio Manoel. O quadro Espacial. In: MATTOSO, José (org). **História de Portugal.** O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Editorial Estampa, vol. 04, 1993.

PRADO JR, Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo.** 1ª edição. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Os homens de negócio e a coroa na construção das hierarquias sociais: o Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **Na trama das redes.** Política e negócios do Império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 459-484.

*Recebido em Setembro de 2015  
Aprovado em Dezembro de 2015*